



Discurso Inaugural

*Manuel Freire Themudo Barata**

Alocação de abertura do Simpósio (2ª Fase), em 13 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

Por uma tradição que muito nos honra, a Sessão de Abertura destes nossos encontros anuais é sempre presidida por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, entidade da qual a nossa Comissão diretamente depende. Ao saudar respeitosamente Vossa Excelência e ao agradecer-lhe, Senhor Ministro, o ter-se dignado estar mais uma vez aqui conosco, desejo vincar o significado especial deste Colóquio e, conseqüentemente, a importância acrescida de que hoje se reveste a presença de Vossa Excelência entre nós.

Neste mesmo espírito, cumprimento os Senhores Chefes dos Estados-Maiores, os Senhores Reitores, Presidentes de Academias e de Instituições Culturais, Altas Entidades Militares e outras ilustres figuras do nossa meio universitário e cultural, agradecendo-lhes o terem vindo. E dirijo uma palavra de particular apreço

e reconhecimento a todos os participantes deste Colóquio, no qual, como sempre, se mesclam nomes consagrados da historiografia portuguesa com a geração mais jovem – mas já promissora – de futuros mestres e investigadores.

É certo que nos anos anteriores se tratou, como agora, de um ato sempre relevante e ímpar, pois afinal traduz o início do ano acadêmico da nossa Instituição que, apesar de não ter esse nome, é, na realidade, uma verdadeira Academia de História Militar. Hoje, porém, e para além disso que justificaria só por si a grande solenidade desta sessão inaugural, o X Colóquio enquadra-se num acontecimento maior: o fecho de uma iniciativa conjunta das Comissões Brasileira e Portuguesa de História Militar, no âmbito das comemorações da chegada de Cabral às Terras de Vera Cruz.

Disse, antes, Senhor Ministro, que este Colóquio e esta sessão mereciam, por es-

* Tenente-General Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

peciais motivos, a presença de Vossa Excelência. É que, para festejar conosco esta efeméride comum, deslocou-se a Portugal uma ilustre e altamente qualificada representação brasileira. Daí que constitua, da nossa parte, um elementar dever de justiça e gratidão dar o devido realce à vinda de tão significativa embaixada. E daí, ainda, que seja compreensível a minha emoção e enorme alegria ao saudar, com igual calor e amizade, todos e cada um dos seus componentes e ao apresentar os meus respeitos às excelentíssimas senhoras que a integram.

Cumpre-me, porém, destacar o privilégio de termos entre nós, como convidados de honra, duas eminentes figuras do Exército brasileiro – Suas Excelências o General-de-Exército Frederico Faria Sodré de Castro, Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, e o General-de-Divisão Synésio Scófano Fernandes, Diretor de Assuntos Culturais – que concederam o seu alto e direto patrocínio à primeira fase desta celebração. Ao manifestar-lhes o nosso profundo reconhecimento por estarem aqui conosco, devo acrescentar que sou testemunha do vivo interesse com que acompanharam todos os trabalhos e como foi decisivo o seu empenho pessoal para que o Simpósio realizado no Rio de Janeiro, no passado mês de setembro, tivesse o brilho e a eficácia que conseguiu. E, para além disso, devo lembrar que a delegação portuguesa, durante a sua estada no Brasil, foi alvo de atenções e deferências pessoais, por parte de Suas Excelências, que muito a sensibilizaram e hoje deseja publicamente agradecer.

Chefia a delegação brasileira o dinâmico e prestigiado Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho. Trata-se de alguém que tem sido o dinamizador incansável da História Militar – não apenas no Brasil como em todo o continente sul-americano – e que constantemente é convidado para encontros e debates noutras partes do mundo. Se isto fala da sua competência e da sua capacidade organizativa, agora, e aqui, quero sobretudo ressaltar o amor que nutre por Portugal e por quanto lhe diz respeito. De fato, nunca se cansa de promover iniciativas que visem a estreitar o relacionamento entre historiadores militares dos nossos dois países e traduzir internacionalmente este peculiar e forte elo que nos une em gestos e encontros nos quais sempre procura valorizar a importância da nossa História Militar e o papel que cabe à Comissão Portuguesa no contexto mundial. É um amigo que vive e tem Portugal no seu coração: mais palavras, para quê?

O tema do presente Colóquio – “Brasil e Portugal – História das Relações Militares” – à semelhança do já sucedido no Simpósio do Rio de Janeiro, é vasto na sua amplitude temporal, preciso no seu objetivo, largo nas abordagens que possibilita e significativamente claro acerca do peculiar ambiente de entendimento e cooperação que sempre existiu entre as Forças Armadas dos nossos dois países.

No que diz respeito aos três primeiros aspectos – o período histórico, o seu enfoque e a pluralidade de perspectivas – eles são de tal forma evidentes ou vulgares em

iniciativas dessa natureza que só lhes farei uma brevíssima referência. O quarto merecer-me-á uma reflexão um pouco mais aprofundada.

De fato, quanto ao período em estudo, como se impunha, tentaremos abarcar os cinco séculos decorridos desde o primeiro contato, naquela ainda hoje misteriosa manhã de 22 de abril de 1500, até os nossos dias.

Quanto ao objetivo, este é enriquecer o nosso conhecimento recíproco da História Militar do Brasil e de Portugal, vista e estudada cada uma delas tanto por historiadores do próprio país como pelos olhos de estranhos – e aqui fujo a dizer estrangeiros, pois não é o caso. Trata-se de fazer história comparada, objetivo importante e característico da historiografia contemporânea e fundamental quando se estuda a guerra, já que, como se sabe, a História Militar era acusada – e bastantes vezes com razão – de ser o relato parcial e tendencioso dos feitos militares e, como tal, um perigoso fator para exacerbar a animosidade entre povos: os nossos – bons, valentes e heróis, e sempre tendo a justiça e o direito do seu lado; e os adversários – por norma, denegridos nos seus feitos, nos seus méritos e nas suas razões, e sempre a carregar toda a culpa da guerra. No caso presente, se falo de história comparada é exatamente para vincar que esse risco de cada um deitar as culpas para o outro, em caso de conflito, nunca existiu. E nunca existiu, por dois motivos muito simples, a cuja análise e interpretação voltarei já adiante: primeiro porque, verdadeiramente, nunca existiram, bem distintos, esses dois lados; e, depois, por-

que nunca existiu nenhuma ação de violência armada significativa conduzida pelos poderes políticos ou mesmo pelos povos dos nossos países.

No que concerne às diferentes facetas relacionadas com a guerra, esta será olhada no seu entendimento moderno de fenômeno social que engloba quanto concorre direta ou indiretamente para a segurança e defesa de um país. Por se tratar de um longo período histórico em que o fator militar foi predominante para a independência e definição territorial dos nossos dois países, isso acarreta que não possamos ser exaustivos. De qualquer forma, procuraremos fazer deste Colóquio mais um momento de culto e de afirmação da nova História Militar: ou seja, em que a tradicional “história das batalhas” esteja presente – porque sem ela verdadeiramente falta o cerne dessa mesma história –, mas em que sejam igualmente abordados aspectos de história diplomática, de história das idéias e mentalidades e outros com reflexos para o estudo da guerra e das instituições militares.

Quanto ao último aspecto, a peculiaridade do ambiente que sempre existiu entre as forças militares dos nossos dois povos, procuraremos caracterizá-la, logo no título, com o vocábulo “relações”, que escolhemos para o efeito. Pretendemos, deste modo, pôr em realce que estes contatos militares, apesar de muito intensos e sempre ao serviço dos superiores interesses de cada uma das nossas pátrias, nunca foram conflituosos, a nível oficial. Estudo dessas relações peculiares – aí está, quanto a nós, um bom resumo e uma explicação breve do que o Colóquio irá ser: brasileiros a tratar, indi-

ferentemente, figuras e assuntos militares passados no Brasil e em Portugal, e historiadores nossos a fazerem exatamente o mesmo tipo de intervenções.

Penso que importa refletir sobre esta situação única, quando vão estar em análise não acontecimentos avulsos ou um breve período de tempo, mas a totalidade dos quinhentos anos da História Militar luso-brasileira. História onde existem mais de trezentas páginas comuns – e muitas delas páginas essenciais para a definição e salvaguarda da identidade e independência de cada um dos nossos dois países. E onde, tanto nessas, como em nenhuma das outras 178 escritas já em separado, se registra qualquer confronto militar institucional de vulto entre portugueses e brasileiros. Inclusive, o que constitui caso raro nos tempos modernos, nem na hora sempre difícil e tempestuosa da separação, Brasil e Portugal se guerrearam, antes como dois verdadeiros irmãos, após uma breve contenda, acalorada, é certo, mas sempre familiar, logo deram o abraço da paz e se mantiveram fraternalmente unidos pela força do indestrutível laço que lhes vinha do berço.

E o selo histórico da singularidade dessa atitude de dois povos que se separam sem se desunir, que trilham os seus próprios caminhos porque chegou o tempo, mas querem igualmente – e agora em plena liberdade – viver na sua máxima força o sentimento fraterno que os une e mutuamente os ajuda a afirmar-se na identidade das suas origens e dos seus projetos, esse selo histórico, dizia, tem por pano de fundo a efígie da figura, generosa e frágil, do príncipe herdeiro do trono português –

o arauto e o ator principal dessa manhã única de 7 de setembro de 1822. Aclamado como primeiro imperador do Brasil e, posteriormente, como rei de Portugal, D. Pedro, sentindo-se de fato tão brasileiro como português, logo arrogou para si próprio o direito à dupla cidadania, então um conceito malvisto e pouco praticado no mundo. Hoje, na sua sepultura, com os seus restos mortais divididos entre os dois países que igualmente amou e serviu, continua a simbolizar essa indestrutível união, que faz de nós, brasileiros e portugueses, homens com duas pátrias – e, por isso, homens que tanto melhor servem e amam à sua pátria de origem quanto mais se aproximam e conhecem a pátria de seus irmãos.

E, partindo daqui, retomo o exemplo que evoquei, em setembro passado, na abertura destas nossas comemorações conjuntas, mas agora para voltar às duas afirmações que fiz, um pouco atrás, sem as esclarecer e justificar.

Lembrei, então, o caso de Matias de Albuquerque, nascido no Brasil, de pais lá radicados, governador de Pernambuco, e que bravamente combateu contra os holandeses, contribuindo decisivamente para a formação e para a unidade, em território e cultura, do imenso Brasil. Depois, veio até cá e comandou as tropas portuguesas em Montes Claros, numa batalha também decisiva para que Portugal readquirisse a sua plena liberdade e independência. O túmulo de Matias de Albuquerque está entre nós, pois aqui morreu e aqui tinha a raiz da sua família e toda a sua ligação ao passado. Mas deixou no Brasil os seus nove filhos e aí vivem, hoje, os seus nume-

rosos descendentes, que prolongaram a sua estirpe e em cujas veias corre hoje o seu sangue. E a minha pergunta é esta: onde está hoje, no Brasil ou em Portugal, a comunidade familiar mais diretamente ligada à memória e à herança desse grande chefe militar? E, acrescento, memória e herança da conta-corrente da sua vida, dos seus êxitos e fracassos, dos seus defeitos e virtudes. Enfim, qual de nós, brasileiro ou português, tem maior direito e também maior dever de, hoje, assumir a sua representação, exaltando-o e defendendo-o?

Podia multiplicar exemplos semelhantes. Penso, porém, que este basta para evidenciar a profunda interpenetração das nossas duas histórias. Servindo-me, agora, duma imagem tirada da biologia, isto quer dizer que o que era, até 1822, uma única célula, por cissiparidade deu origem a duas pátrias com a mesma herança. É este cenário histórico que está na origem do sentimento especial de unidade entre as populações do Brasil e de Portugal e que, naturalmente, produz o clima ímpar de convergência e de fraternidade quando se reúnem historiadores brasileiros e portugueses. E mais ímpar ainda, e ainda mais fraterno, quando se trata de historiadores militares que estudam um fenômeno – a guerra – que nunca os dividiu.

Apresentado o Colóquio e o seu tema, apenas duas palavras muito rápidas sobre a vida da nossa Comissão.

A primeira para dizer que no ano acadêmico agora iniciado procuraremos, a nível interno, intensificar ainda mais as nossas relações com as universidades portuguesas.

Serão já três, este ano, os mestrados a incluir a cadeira de História Militar, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; está a ser um êxito o primeiro curso de pós-graduação na Universidade Lusíada, esperando-se a sua consolidação nos próximos anos letivos; e a cadeira de História Militar recentemente criada na Universidade de Coimbra está a ser alfofre de novos progressos nesse campo. Conhecendo o interesse com que, no âmbito militar, se encara a possibilidade do seu desenvolvimento nos estabelecimentos de ensino superior militares, a nossa Comissão tudo fará para que História Militar se torne uma área particularmente atrativa para a obtenção de graus académicos em matéria que, de forma muito específica, diz respeito aos oficiais das Forças Armadas, pois eles, melhor do que ninguém, conhecem a guerra e, melhor do que ninguém, podem historicamente estudá-la.

A nível externo, tendo em conta as novas responsabilidades recentemente assumidas e dentro do quadro geral definido por Vossa Excelência, Senhor Ministro, esta Comissão irá empenhar-se, por uma parte, em desenvolver o seu relacionamento com os países lusófonos, no Norte de África privilegiar Marrocos, promover o intercâmbio com Comissões de História Militar sul-americanas, ligando a esse esforço a nossa vizinha e amiga Comissão espanhola. Por outra parte, apoiar a criação de uma estrutura internacional que congregue todas as revistas militares, num processo naturalmente liderado pela nossa *Revista Militar*, já centenária e a mais antiga de todas elas. E, como é evidente, sempre de mãos dadas com o Brasil.

A segunda e última palavra é para me referir ao Prêmio Defesa Nacional, que desde sempre é oficialmente anunciado e entregue nesta cerimônia. A princípio, houve algum receio que a abertura anual do concurso trouxesse um de dois riscos: ou de em algum ano o concurso ficar vazio, ou de o júri ser confrontado com trabalhos de fraca qualidade que o obrigassem, alguma vez, a propor a sua não atribuição. Felizmente, tal nunca sucedeu, mesmo nos tempos iniciais, em que a História Militar era pouco cultivada e em que, por vezes, surgia algum trabalho mais fraco. À medida que foi crescendo a lista dos sucessivos premiados, todos os concorrentes ficaram conscientes de que só trabalhos de alta qualidade tinham hipótese de vencer. Se isto fez naturalmente diminuir o número de candidatos ao prêmio, fê-lo ganhar maior prestígio. E tornou também mais difícil a avaliação do júri. E tanto mais difícil que, como sucedeu com o prêmio que irá, dentro em pouco, ser entregue, o júri se pronunciou por um *ex aequo*. Ao saudar os contemplados, desejo desde já convidar os mais jovens investigadores aqui presentes a se lançarem em trabalhos que possam vir, ano após ano, a enriquecer a historiografia militar portuguesa – e, quem sabe, a dar-lhes justo lugar nesta galeria de consagração.

Escreveu Jaime Cortesão que “o fim da história (...) não é a regressão ao passado, mas uma explicação do presente e uma promessa de excelência. Se já é assim

grande o clima de unidade e de intercâmbio entre portugueses e brasileiros, só desejamos que o fruto deste encontro seja excedê-lo.

Foi esse, aliás, o propósito das Comissões Brasileira e Portuguesa de História Militar ao meterem ombros a esta iniciativa comum. É esse, portanto, o primeiro e o fundamental objetivo do presente Colóquio. E é esse, sem dúvida, o sentir profundo de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, e essa a razão acrescida de estar aqui.

E é isso que visaremos com estes três dias de trabalho intenso, de comunicações muito valiosas – a última das quais pronunciada pelo Senhor Embaixador do Brasil, que se prontificou a este sinal de colaboração e de empenho, que tanto significa e tanto nos prestigia, e que só aqui não está agora conosco porque obrigações do seu alto cargo o fazem estar ausente de Lisboa.

Estou certo de que esta nota final, mais do que tudo quanto eu disse, é a certeza maior do que irá ser este X Colóquio de História Militar em que comemoramos os 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral a esse país continente que hoje é o Brasil.

Por isso termino saudando, jubiloso, esse grande país irmão, na pessoa sempre presente do seu ilustre Embaixador, e renovando os meus agradecimentos a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Defesa Nacional, por trazer ao Brasil o grande abraço de Portugal.

